



RESOLUÇÃO SOBRE O LIVRO BRANCO DA COMISSÃO EUROPEIA SOBRE O FUTURO DA EUROPA (REFLEXÕES E CENÁRIOS PARA A UE-27 EM 2025)

Relativamente ao *Livro Branco da Comissão Europeia sobre o Futuro da Europa: Reflexões e cenários para a UE-27 em 2025*, a Conferência das Assembleias Legislativas Regionais Europeias:

1. agradece à Comissão a sua valiosa contribuição ao debate sobre o futuro da União Europeia através da publicação do «*Livro Branco da Comissão Europeia sobre o Futuro da Europa: Reflexões e cenários para a UE-27 em 2025*», e toma constância de todas e cada uma das reflexões e cenários propostos. A CALRE está à disposição do Comité das Regiões e da própria Comissão Europeia para oferecer a sua contribuição desde uma perspetiva local e regional ao espaço de reflexão e debate criado a partir deste documento, e compromete-se a impulsionar o debate sobre os diversos cenários nas Assembleias e Parlamentos que fazem parte da CALRE.
2. recorda que a declaração de Roma do mês de março de 2017 realça a importância do princípio de subsidiariedade para o progresso efetivo da UE, sendo por tanto desejável destacar o protagonismo das regiões e entidades locais da União no Livro Branco da Comissão assim como em todos os documentos de reflexão sobre o futuro da União Europeia.
3. neste sentido, embora a CALRE apoia a proposta do Presidente da Comissão Jean-Claude Juncker no seu discurso sobre o Estado da União no passado mês de setembro de criação de um grupo de trabalho para garantir o íntegro respeito dos princípios de subsidiariedade e proporcionalidade, a CALRE considera que as cidades e regiões europeias deverão ser representadas em dito grupo através do Comité das Regiões e da própria CALRE. Por tanto, a CALRE solicita participar no Grupo de trabalho com dois representantes.

4. continuará a trabalhar para posicionar os seus diferentes territórios no centro da política europeia, e apoia a ideia da Europa construída de abaixo para cima. Por este motivo, as entidades territoriais devem ser protagonistas da legislação europeia e na elaboração das políticas da UE, de acordo com os princípios que esta Conferência tem vindo a defender, subsidiariedade, governação multinível, assim como o princípio de cooperação interparlamentar. Cada um de ditos elementos deverá ser reconhecido explicitamente no Livro Branco assim como em todos os documentos de reflexão sobre o futuro da Europa, e deverá aplicar-se a todas as políticas europeias para conseguir uma UE mais democrática e eficaz. As cidades e regiões deverão participar na tomada de decisões a nível comunitário, não ficando apenas como simples recetores de programas e projetos europeus. Os membros da CALRE solicitam, portanto às instituições europeias que analisem a criação de um processo de “cartão verde” para permitir a apresentação de propostas legislativas, sempre que apoiadas por um número suficiente de parlamentos nacionais ou regionais.

5. expressa a sua preocupação pelo facto de os cenários não incluírem uma referência explícita relativa às consequências que cada um possa ter sobre as regiões europeias. Especificamente exprime a sua preocupação pelo conteúdo estabelecido no "*Cenário 4 – Fazer “menos” com maior eficiência*". A este respeito, a CALRE deseja contribuir de maneira construtiva para o debate, não retrocedendo nas políticas de coesão, instrumento essencial para o desenvolvimento e crescimento dos territórios e do entorno socioeconómico das Regiões e autoridades locais da União Europeia

Reafirma a necessidade de manter uma política de forte e eficaz coesão de todas as regiões além do ano 2020, garantindo o seu pleno financiamento. Este elemento deverá figurar no Livro Branco assim como em todos os documentos de reflexão sobre o futuro da Europa, pois precisamos reforçar a capacidade de investimento das autoridades locais e regionais, mantendo firmemente o princípio de finanças públicas saneadas e equilibradas.

6. entende que os cenários propostos pelo Livro Branco são um apelo para decidir conjuntamente o futuro da Europa, mas apoia a proposta do Comité das Regiões para evitar uma Europa multidirecional. Por isto, a CALRE apoia e apoiará mais e melhor integração. Somente unidos poderemos defender de forma eficaz os nossos valores e os nossos interesses. Só a Europa nos pode fornecer capacidade para reagir perante os grandes desafios globais do século XXI.

7. considera necessário promover e desenvolver um sistema de democracia representativa europeia mais forte que favoreça a participação da cidadania no processo legislativo europeu, e nos permita avançar até uma democracia mais representativa, especialmente através de uma ambicionada reforma da Iniciativa Cidadã Europeia, promovendo ainda espaços de debate cívico a nível europeu e especialmente a nível local e regional, para recuperar o apoio da cidadania ao projeto europeu, assim como a sua confiança nas instituições comunitárias.

8. expõe a sua convicção que o crescimento, criação de emprego e redução da desigualdade devem guiar a atividade da UE, pois são a melhor forma de garantir sustentabilidade. A Europa deve servir para garantir condições de emprego, serviços públicos e solidariedade entre cidadãos, e progredir assim em direção a uma Europa mais social. A este respeito, a CALRE reconhece com satisfação a adoção dos princípios fundamentais do Pilar Europeu dos Direitos Sociais pela Comissão Europeia, bem como a adoção pela Comissão do Emprego e dos Assuntos Sociais do Parlamento Europeu do parecer legislativo sobre a revisão da diretiva sobre o destacamento de trabalhadores no âmbito da União Europeia. Ambos eventos são importantes passos para conseguir uma real igualdade de tratamento baseada em regras comuns para todos os trabalhadores europeus.

9. considera que é necessário unir forças para aumentar a competitividade e contar com uma União Económica e Monetária mais forte e estável. Isto requer um maior investimento público para dinamizar a criação de emprego e investir nos setores produtivos regionais com maior futuro. Os Parlamentos Regionais com poderes legislativos solicitam que a União Europeia diferencie a necessária luta contra o déficit público do financiamento de investimentos essenciais. Pretendem que o espaço orçamental europeu ajude a impulsionar o investimento nos diversos níveis de governo. Este é o motivo pelo qual a CALRE acolhe com agrado a disponibilidade de muitos Estados Membros para desenvolver um sistema comum para tributação justa das Empresas Digitais Transnacionais (GAFA), assim como a convergência gradual das cargas fiscais que os membros da CALRE têm vindo a solicitar.

10. acredita que devemos trabalhar juntos de forma mais eficiente, e intensificar a cooperação parlamentar para melhorar a Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD) e proteger os nossos cidadãos do terrorismo, proteger as nossas fronteiras, assim como contar com influência determinante no cenário internacional, incluindo a Política Europeia de Defesa. A este respeito, a troca de informações sobre pessoas vinculadas a crimes de terrorismo entre as autoridades de segurança dos países europeus, mas também a formalização, na máxima brevidade possível, da Procuradoria Europeia (parte dos tratados desde 2009), são fundamentais. Devemos ainda analisar a possibilidade de reforçar a atuação comum da UE, o aumento das competências da Agência Europeia para a segurança das redes e da informação, (ENISA), a criação de uma força única de intervenção e uma agência de cibersegurança, assim como um orçamento comum para defesa.

11. destaca a necessidade de afirmar o compromisso dos cidadãos europeus com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (Agenda, 2030), assim como com o planeta, o meio ambiente e a mudança climática e os seus efeitos sobre as catástrofes naturais, na prevenção dos riscos provocados por ditas catástrofes naturais, mas também com a tecnologia e inovação, ou seja, converter o nosso continente numa Europa competitiva, baseada no crescimento inteligente, unido à Europa sustentável e verde. Para isto, devemos aprender das experiências bem-sucedidas em várias cidades e

regiões da Europa (reciclagem, uso de energias limpas, mobilidade, habitação, agricultura e urbanismo sustentáveis) para o seu estudo e aplicação no resto dos territórios da União no âmbito de uma estratégia comum para o desenvolvimento sustentável das regiões europeias.

12. apoia a necessidade de estabelecer uma política exterior comum, assim como o fortalecimento da ação europeia para a Paz no Oriente Próximo, África e América Latina. Neste sentido, seria desejável reforçar o Fundo de Auxílio Europeu ao desenvolvimento destes países, especialmente nos países de origem e de trânsito, atuando para melhorar as expectativas de vida, mas também intensificando os esforços relativamente a refugiados, cumprindo as regras que a este respeito criamos. Os países da União devem cumprir os compromissos de acolhida, insistindo na necessidade de realojar os migrantes de acordo como o princípio segundo o qual pertencer a uma comunidade implica honras e cargas financeiras.

13. considera que, para poder abordar os problemas enunciados anteriormente, a União Europeia deve contar com um orçamento moderno e funcional adequado aos desafios da Agenda 2030.

14. expressa a sua convicção do rol essencial das Assembleias Regionais europeias como agentes divulgadores do europeísmo entre a cidadania, elemento que ajudaria a aumentar a participação nos processos de eleição dos seus representantes. Devemos esforçar-nos em conseguir que os nossos vizinhos e vizinhas tenham maior conhecimento das políticas europeias e o seu impacto na vida quotidiana, atuando como cidadania ativa. Por esta razão devemos tratar a conveniência de que, para as futuras eleições de 2019, os partidos políticos europeus apresentem programas que incluam propostas e objetivos de carácter europeu, para poder assim seleccionar os candidatos para o posto de presidente da Comissão Europeia.

15. recorda aos países membros que os tratados e leis da UE são de cumprimento obrigatório, e todos Estados Membros devem cumprir a lei e os compromissos adotados por cada um dos Estados no momento de adesão à UE. Por este motivo, rejeita as medidas impostas por alguns países como Hungria ou Polónia, que visam rebaixar os padrões de democracia, e exige à Comissão a tomada de medidas que considere adequadas para garantir o Estado de Direito, usando a sua potestade sancionadora.

16. reafirma a necessidade de construir uma identidade europeia comum ligada à diversidade dos seus territórios, manifestada na mobilidade dos seus estudantes, fomentando a aprendizagem de línguas europeias e a criação de universidades europeias, aproveitando ainda os instrumentos que nos unem na nossa história comum dentro da diversidade: cinema, teatro, literatura e, no geral, arte. A este respeito, expressa o seu apoio à celebração em 2018 do Ano Europeu do Património Cultural, aprovado pelo Parlamento Europeu e o Conselho da União Europeia. A CALRE considera que isto é uma grande oportunidade para promover a troca e valorização do património cultural da

Europa, enquanto recurso partilhado, sensibilizar sobre a história e os valores comuns, e reforçar o sentimento de pertencer a um espaço comum europeu. Neste sentido, a CALRE partilha a opinião expressa pelo presidente do Comité Europeu das Regiões da Europa, Karl-Heinz Lambertz, que indicou que a diversidade e riqueza europeia são um “trunfo para a União, e não um argumento para separar territórios e voltar a nacionalismos ultrapassados que não permitirão afrontar os desafios” da Europa do século XXI.